

Chanceler mexicano quer ação conjunta

Montevidéu — A quarta reunião do consenso de Cartagena, em curso na cidade de Montevidéu, poderá ser o palco do surgimento de um plano de ação latino-americano para a solução da dívida externa da região, segundo disse ontem o chanceler mexicano, Bernardo Sepulveda.

O Ministro afirmou que esse plano poderia provar "a capacidade da América Latina em montar seus mecanismos, sistemas e ações, capazes de superar a delicada crise econômica que a atinge".

Segundo Sepulveda, o México pretende sustentar um sistema de crescimento que permita superar a situação que aflige o continente há quatro anos. "Não é possível aceitar eternamente um sistema de ajuste porque isso não representa uma posição real de bem-estar e de prosperidade para nossas comunidades", afirmou. O Chanceler mexicano disse que a região deve "oferecer uma resposta de consenso, conforme a interpretação comum desses problemas econômicos".

Peru

O ministro da Economia do Peru, Luis Alva Castro, destacou que o Plano Baker, apresentado pelos Estados Unidos para suavizar o endividamento da América Latina, constitui uma resposta política não convencional às reclamações feitas pela região. Alva Castro, que também participa em Montevidéu da quarta

reunião do acordo de Cartagena (os 11 países mais endividados da área), sinalou que este organismo "começa a ser reconhecido, após ganhar um espaço político", e que em seus anseios tem a intenção "de manter a unidade e a solidariedade" como forma de "garantia fundamental para o progresso".

Colômbia

Por sua vez, o chanceler da Colômbia, Augusto Ramirez Ocampo, argumentou que a situação centro-americana é de uma gravidade indiscutível, provocada entre outras coisas, pelo recrudescimento das tensões entre os Estados Unidos e a Nicarágua. Como um dos fatores negativos, o Ministro citou a recente solicitação de Manágua, destinada a suspender a negociação de plenipotenciários que visava a conseguir um consenso para a assinatura da ata de paz de Contadora.

"São fatos que efetivamente complicam o processo e determinam sua interrupção", acrescentou o Chanceler ao recordar que o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, pediu a suspensão até que se concretizassem as mudanças de governo na Guatemala, Honduras e Costa Rica, o que significaria uma prolongação até maio do próximo ano. "Nós temos reiterado todo o tempo que é indispensável que os países com interesses na região não apenas dialoguem como também se comprometam", acrescentou.